

TEMPOS MODERNOS

Diella e Grok, os "chatbots" que chegaram ao topo da política

No final do verão, a Albânia nomeou um "chatbot" como um dos ministros do seu governo. A iniciativa, vista por muitos como um golpe de marketing, lançou a discussão sobre as virtudes e perigos da política virtual que, pouco a pouco, é cada vez mais real.

SUSANA TORRÃO

Depois de, em setembro, o governo da Albânia ter nomeado Diella, um "chatbot", como ministra das Contratações Públicas, foi a vez de os Estados Unidos da América (EUA) anunciarem na semana passada, pela voz do secretário da Defesa, Pete Hegseth que, até ao final do mês, Grok, o "chatbot" desenvolvido pela xAI, vai operar dentro do Pentágono, tanto nas redes classificadas como não classificadas.

Este tipo de medidas tem gerado preocupação. No caso da Albânia, e apesar de o governo de Tirana garantir que este sistema de inteligência artificial (IA) não opera sem supervisão humana e que o processo de decisão final permanece nas mãos dos políticos eleitos, a medida levantou várias questões ao nível da responsabilização, rastreabilidade e transparência.

No que toca à chegada do Grok ao Pentágono, as preocupações são outras. "Uma ministra



virtual e a utilização de uma ferramenta de IA pelo Pentágono são coisas completamente diferentes. O Pentágono precisa de utilizar IA tal como qualquer outra organização. Há riscos: erros da IA, potenciais vulnerabilidades de segurança adicionais. Mas o ponto essencial é que a utilização da IA pode bem ser decisiva em futuras guerras, e seria suicida da parte do Pentágono ignorá-la", afirma Pedro Domingos, professor emérito de Ciência Computacional da Universidade de Washington e autor dos livros "A Revolução do Algoritmo Mestre" e "2040: A Silicon Valley Satire". A questão é até que ponto estes sistemas são fiáveis e seguros", diz.

Para Vania Baldi, professor associado do ISCTE, investigador no OberCom e autor de "Otimizados e Desencontrados - Ética e Crítica na Era da Inconsciência Artificial", as declarações de Hegseth geram dúvidas. Desde logo, a possibilidade de um sistema privado de IA passar a ter acesso a dados sensíveis públicos. E a segunda é "ter a IA ligada ao combate como se a última palavra não fosse de um ser humano". Ao anunciar a medida, Pete Hegseth referiu que pretende descartar modelos que "não permitam que se combatam guerras" e apontou a capacidade de os sistemas de IA operarem "sem restrições ideológicas que limitem as aplicações militares legítimas" como uma vantagem. "O que são estas 'restrições ideológicas'? A Constituição e os Direitos Humanos?", questiona Baldi. Para o sociólogo, o uso da IA para fins militares até poderia ser usado para combater crimes de guerra, incorporando no sistema princípios como evitar a morte de civis ou não usar armas biológicas. "Mas, se a ideologia não for esta, teremos um sistema mais perigoso", adverte.

MINISTRA VIRTUAL

Já no que à iniciativa albanesa diz respeito, a posição de Pedro Domingos é outra. "É possível que, a longo prazo, ministros e CEO sejam apenas IA. Mas é improvável e, em alguns aspetos, é má ideia. A curto prazo, é altamente prematuro", diz.

"A questão é: onde está o controlo?", aponta Pedro Domingos, para quem a questão sobre a responsabilização é fácil de resolver: "As IA são propriedade de um ser humano ou de uma organização humana e essa organização é responsável pelo que a IA faz. A função da IA é ser uma extensão: se há um ministro da Economia, a ideia é ser extensão desse ministro", defende o investigador, que lembra que já existem fundos de investimento que têm sistemas de IA como "partners". "Têm um voto nas aquisições, mas não tomam a decisão final".

Para Vania Baldi, a pergunta sobre quem é o responsável pelas decisões tomadas por estes sistemas "desmonta qualquer idealização da inteligência algorítmica com responsabilidades governamentais, como se esta inteligência fosse uma inteligência que se cria a si própria sem nenhuma relação de promiscuidade com quem a programou", alerta.

Pedro Domingos defende que é essencial que todos os dados fornecidos pelo sistema se-

jam verificados. "Hoje em dia, nunca, ninguém, em coisa alguma, deve acreditar no que lhe diz a IA. Isso não significa que a IA seja inútil. Significa que a sua utilização deve ser uma ajuda à memória", explica o investigador, para quem qualquer tomada de decisão que envolva a IA deve ser um processo interativo, envolvendo um largo número de pessoas. No caso de um ministério, os quadros do ministério, a sociedade civil e representantes dos setores afetados.

VIRTUDES REAIS

Vania Baldi acredita que, em alguns contextos, a aplicação de sistemas computacionais ao serviço da tomada de decisões políticas tem vantagens. Para que isso aconteça é necessário ter em conta critérios como a representação da diversidade social. "Os sistemas devem ter nas suas bases de dados uma representação socio-demográfica que permita equacionar, por exemplo, a heterogeneidade da cidadania, para equilibrar interesses, necessidades, benefícios. O segundo critério é a transparência", defende.

"A IA pode aumentar espetacularmente a transparência do processo político e a capacidade de os cidadãos intervirem nele", acredita Pedro Domingos. "Estamos a caminhar para uma sociedade em que cada um de nós tem uma quantidade de agentes artificiais a trabalhar para si". Assim, à semelhança com o que já acontece com a procura de emprego, em que a consulta de novas posições é feita por IA, também na política poderão existir agentes de IA a representar os cidadãos. "Esses agentes estariam continuamente a conversar com os agentes de pessoas com interesses semelhantes para formarmos alianças, e com o poder político a todos os níveis", antecipa. A vantagem seria um diálogo maior e um regresso a algo semelhante à "democracia direta" clássica.

"Se a transparência for implementada a sério, isso significa que cada cidadão pode verificar o processo, as bases de dados, a natureza dos algoritmos que determinam a passagem do 'input' a 'output', a sua rastreabilidade", afirma Vania Baldi. Como exemplo, dá iniciativas de governança em que associações e ativistas participam no "co-design" da IA ao serviço da sua utilidade pública, com a possibilidade de a poderem corrigir ou chamar a atenção para aspetos que devem ser integrados no sistema.

A Finlândia e a Holanda, bem como a cidade de Barcelona, são líderes em experiências de governação através de sistemas computacionais abertos, refere o investigador do OberCom para quem, aplicada desta forma, a política digital pode promover uma maior participação dos cidadãos. No entanto, alerta, é preciso não esquecer que muitas iniciativas – como as patrocinadas pelas grandes empresas – são caracterizadas por uma grande opacidade na gestão dos processos.

Pedro Domingos garante que o cenário que traça em "2040: A Silicon Valley Satire" – novela em que as em que as presidenciais americanas são disputadas por um "presibot" – é ficção. Mas é também uma sátira do momento atual e um alerta. "O 'chatbot' candidato é deliberadamente uma não personagem. As personagens importantes são os criadores e as pessoas que o tentam controlar. O '2040' é uma batalha pelo controlo do 'presibot'. O que acontece é que a personagem principal, o CEO, dá-se conta de que o melhor é que o controlo do presidente seja partilhado pelas pessoas", explica Pedro Domingos.

"Quando olhamos para a IA temos de perguntar quem é que vai tomar as decisões importantes que me afetam e que me chegam através da IA. Chegámos a um ponto em que toda a gente tem de perceber o suficiente de IA para poder tomar e exigir esse controlo", defende.

Para Vania Baldi, é o tipo de governança instituída que irá moldar o futuro da política virtual. Se é verdade que existem as condições tecnológicas para "transformar tudo num jogo de controlo, persuasão e manipulação", em países em que imperem modelos mais repressivos, também existe o modelo democrático e participativo, em que a tecnologia permitiria uma maior responsabilidade e transparência política e um maior processo interativo com a cidadania. "Depende sempre da qualidade da democracia da política e da sociedade", refere o investigador, para quem a literacia "deve ser sempre democrática e política". ■

"É possível que, a longo prazo, ministros e CEO sejam apenas IA. Mas é improvável e, em alguns aspetos, é má ideia. A curto prazo, é altamente prematuro", diz Pedro Domingos, professor emérito de Ciência Computacional da Universidade de Washington e autor dos livros "A Revolução do Algoritmo Mestre" e "2040: A Silicon Valley Satire". "A questão é: onde está o controlo?"

